

“Antígona” (Sófocles)

Antígona é um dos dramas gregos mais importantes escrito por Sófocles (496? a.C - 406 a.C.) que escreveu numerosas peças dentre as quais Édipo me Colona, Édipo Rei e Antígona, a qual analisaremos neste texto.

São personagens da obra Antígona: Antígona; Hêmon seu noivo e filho do rei; Ismênia – irmã de Antígona; Terésias, o adivinho cego; Coro dos anciãos de Tebas; Eurídice pai de Hêmon e esposa do rei, Creonte – o rei e tio de Antígona, o Enviado, o Guarda e o Mensageiro.

A trágica história de Antígona aconteceu em Tebas, cidade governada por Creonte após a tragédia do rei Édipo e a morte de seus filhos Etéocles e Polinices, numa.

Sobre a Família de Antígona se abateu uma sucessão infortúnios: primeiro seu pai Édipo desposou sua própria mãe e matou seu próprio pai, deixando um legado de desgraças, que ganha novos atos como numa complementação no drama de Antígona.

O Drama da jovem Antígona, atormentada pelo seu passado, tem continuidade com a morte de seus irmãos Etéocles e Polinices, que disputam o trono de Tebas e acabam matando-se um ao outro, construindo mais um triste capítulo da sina de Antígona. Não bastasse a morte dos irmãos o tio de Antígona – o rei Creonte decreta que Polinices é inimigo de Tebas e concede as honras fúnebres apenas a Etéocles que morreu lutando por Tebas. Ao primeiro é relegado o destino de apodrecer sobre a terra, sendo comido pelos animais.

Após saber da lei criada por Creonte Antígona resolve desobedecê-la, mesmo sabendo que a morte seria a sua recompensa. Pois ela não poderia deixar que seu irmão não tivesse direito a um enterro com todas as honras de que um cidadão tebano tinha direito. Então transgrediu Antígona contra o rei Creonte, desobedece-o e enterrou seu irmão.

Diante da atitude de Antígona, Creonte determinou que a mesma fosse morta, não atendendo aos apelos do povo e de seu filho Hêmon (noivo de Antígona) que se declarava falar em nome do povo.

Creonte só declina de sua decisão tardiamente quando já não havia o que ser feito, pois Antígona suicida-se. Suicida-se também Hêmon, filho de Creonte ao ver a noiva morta, desespera-se e desfere contra seu próprio peito um golpe fatal.

Creonte passa a compartilhar nesse momento também das desgraças familiares pois sua esposa Eurídice também se mata ao ver o filho morto e culpa Creonte pela morte de seus dois filhos.

Interessante observar nesta peça teatral alguns pensamentos jurídicos vigentes. Observa-se a criação de uma lei motivada por questões pessoais que afronta aos costumes, i.e, as tradições de um povo. Isso nos motiva a questionar já que as leis têm como principio servir como instrumento de organização da vida em sociedade, como pode uma lei ser criada apenas no intuito de servir como correção aos indivíduos mesmo que se afronte os aspectos culturais. Assim, como deveria ser

os procedimentos de criação de uma lei? Apenas de fundamentar a coercividade sobre determinados desejos de alguns?

Como gerencia de regulamentação dos indivíduos dentro de uma sociedade a lei não pode ser de afronto aos interesses da maioria e nem comprometer o bem estar social almejado em principio por ela. Assim, a validação da discussão cultural na formulação das leis deve se fazer valer. Mesmo que haja razão na formulação ela não pode se dar de maneira arbitrária como Creonte quis se valer da sua vontade. Portanto, questões particularizadas não podem comprometer a harmonia social com criações que vão de afronte as tradições e normas sociais vigentes. Creonte erra ao querer validar a sua vontade, ao utilizar-se das instituições e regras do Estado para alcançar seus objetivos. E em meio a esse ato que causa um grande mal estar social, ainda põe em xeque a sua autoridade representativa, pois Antígona questiona e faz valer a tradição social frente à lei forçada. Ela numa tentativa de dignificar os mortos promove uma desestabilidade advinda do equivoco cometido por Creonte.

Diante de uma reação inesperada por Creonte, a discussão da validação ou não da lei agrava a sua situação política em diversos níveis. Caso retroceda poderá perder a sua autoridade diante dos seus cidadãos. Caso insista em se valer a sua vontade sua imagem junto aos mesmos cidadãos será desgastada. Diante deste e de outros impasses que complicam o surgimento, a validação e aceitação das leis, nas sociedades modernas, vigora um instrumento de poder maior do que qualquer outra instituição, político ou lei que é a Carta Magna. Ela constitui um empecilho para que estas arbitrariedades não sejam acometidas, pois ela seria a positivação das leis naturais como o direito, respeito, proteção e dignidade à vida. Caso tivesse a existência desta carta durante a vigência política de Tebas esse impasse talvez não existiria, pois a decisão estaria sob a égide das tradições, das normas regulamentadoras desta sociedade e das necessidades históricas daquele momento e todos os indivíduos caberia apenas ação de cumprir o que fosse determinado.

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/antigone.pdf>;